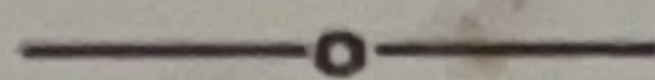


DEPUTADO JALES MACHADO DE SIQUEIRA
(UNIAO DEMOCRATICA DE GOIAS)

EM DEFESA DA PECUÁRIA E DA LAVOURA



**Discurso pronunciado no dia 12 de Março
de 1946 na Assembléia Nacional Consti-
tuinte.**

**Transcrito do "Diário da Assembléia"
de 13 de Março de 1946.**

RIO DE JANEIRO — 1946

O Governo enfrenta a crise cafeeira

O SR. JALES MACHADO — Sr. Presidente! Com o mesmo propósito com que criticamos quando o Sr. Presidente da República tolera que os seus interventores, servindo aos interesses partidários de antigos senhores dos Estados, restaurem, nos municípios brasileiros, a máquina ditatorial, no seu próprio desprestígio político porque as máquinas montadas não o foram, na sua maior parte, para o dutrismo e sim para o getulismo, vimos neste momento, expressar a S. Ex. o nosso aplauso pela sua resolução de extinguir o DNC, medida anunciada aos representantes da lavoura e comércio cafeeiros, recentemente reunidos nesta Capital, por S. Ex. o Sr. Ministro da Fazenda, e há tempos preconizado pelo nosso grande candidato — Brig. E. Gomes. Não podemos tão pouco regatear nossa aprovação sincera e até mesmo o nosso entusiasmo, ao modo como o Sr. Gastão Vidigal está procurando solucionar a crise da lavoura cafeeira, lavoura que, apesar de tôdas as vicissitudes, ainda dá 50 %, aproximadamente, das nossas exportações. S. Ex., sem alardes e sem formalismos burocráticos, reuniu todos os interessados na solução

do problema, e num ambiente quase familiar, deu a cada um, a liberdade de dizer, sem o menor constrangimento, a sua opinião, fôsse qual fôsse o prisma sob que encarasse o assunto. Todos se manifestaram, democraticamente. Recolhidas as opiniões, designou uma comissão para condensá-las em um memorial.

No dia seguinte, 8-3-1946, em vista do memorial e dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Eurico Penteado, nosso encarregado de negócios de café nos EE.UU., S. Ex. declarou que várias das medidas sugeridas, já estavam em execução, e que outras o governo tomaria na devida conta, o mais rapidamente possível, prometendo justificar os motivos que por ventura, impedissem a aceitação de tôdas. E as principais medidas sugeridas foram as seguintes:

- 1.º) amparo financeiro para permitir a resistência, justificada pela situação estatística atual;
- 2.º) proibição de venda de café pelo DNC;
- 3.º) reabertura da bolsa de café;
- 4.º) liberdade cambial;
- 5.º) ação enérgica do governo junto aos poderes americanos para abolição ou elevação dos preços tetos;
- 6.º) ampliação dos mercados;
- 7.º) corte da bitributação pelo impôsto de vendas e consignações;
- 8.º) supressão de taxas de exportação e burocracia desnecessária;
- 9.º) extinção do DNC e outras.

Não ocorreu a nenhum representante, sugerir uma das medidas que, na qualidade de cafeicultor, reputo das mais eficazes, porque, se a causa primordial da crise que se quer debelar é o alto custo da produção, é pela compressão dêste, de preferência, que devemos tentar suprimir o desequilíbrio, de vez que a elevação de preço não depende só de nós, mas, principalmente, do governo americano — dando-nos subsídio como vem acontecendo ou eliminando os preços tetos —. E a medida mais eficiente de amparo, não só do café, mas de toda a lavoura nacional, coibida a especulação criminosa, seria o abandono absoluto do dirigismo econômico e a decretação da inteira liberdade de comércio e produção. Isto, para que seja possível o reajustamento natural dos preços dos produtos industriais e agrícolas; para que, sem tabelamento unilaterais, em igualdade de condições e em livre concorrência, cada um, no processo natural de decantação, possa tomar o seu justo lugar, na escala dos preços, e assim seja elevado, do plano inferior em que se acha, o trabalhador do campo; para que, pelos meios racionais e naturais, as atividades, no campo, recompensadas como as da indústria, induzam os nossos trabalhadores a êle retornarem e de onde estão fugindo, com razão, como quem foge da miséria; para que possamos voltar ao ritmo da nossa produção agrícola que foi e será, por muito tempo ainda a principal fonte de riqueza e prosperidade nacionais e, finalmente, para que, como consequência, não venham faltar braços à lavoura. Na trilha em que nos encontramos, iremos dar fatalmente, na elevação cada vez maior do custo de

produção, senão mesmo na absoluta impossibilidade de produzir. E esta sugestão, nós a oferecemos ao governo, a título de sincera e desinteressada colaboração, desta tribuna, como um dever nosso, porque não partilhamos do ponto de vista da maioria, de que nos devemos encastelar atrás de um dispositivo regimental, para nos abster de dá-la ou impedir que outros mais capazes a dêem, traindo o mandato que nos outorgou a nação, que quer ver amparados os seus supremos interesses, não só depois mas também antes da Constituição.

O Governo deverá enfrentar, semelhante e paralelamente, a crise da Pecuária

E' ainda com êsse mesmo espírito de colaboração que, nesta hora em que a pecuária nacional, principalmente a pecuária do Brasil Central, atravessa talvez a maior crise, em que patrimônios, custosamente formados, estão na eminência de sossobrarrem frente a débitos, várias vêzes menores, consequência da avalanche de especulação e de negócios fictícios que a inflação criou, alimentou e desencadeou, vimos apelar para o governo no sentido de autorizar o Sr. Ministro da Fazenda, a resolvê-la pelo método rápido e eficiente com que S. Ex., com o aplauso geral, está enfrentando a crise cafeeira. E' verdade que S. Ex., através do Banco do Brasil, já deu algumas providências. Mas, pelas notícias alarmantes que nos estão chegando, não foram suficientes. Se ainda não igualou, em amplitude, o papel que a lavoura cafeeira desempenha na economia e nas finanças nacionais, a pecuária já tem o seu lugar saliente nêsse

setor, e vem marchando a passos largos para a posição que, aí, em futuro próximo ocupará. Portanto, é também digna de merecer a atenção e o carinho que o Sr. Ministro da Fazenda, por modo tão brilhante e eficiente, vem dispensando à economia cafeeira. E S. Ex., para quem estão voltando as esperanças de tôdas as classes produtoras, não há de permitir que seja abalado, à falta de amparo governamental, um dos esteios da economia nacional que o é inegavelmente a pecuária. *Longe dos olhos, longe do coração*, não terá razão de ser para o espírito lúcido e perspicaz do Sr. Ministro da Fazenda, que, nesta hora angustiosa para a Pecuária Nacional, saberá ampará-la com a devida rapidez, pois qualquer delonga, acarretaria perdas irreparáveis.

Não se quer remédio para doentes já perdidos, como tais, os especuladores do zebú, mas para as vítimas dêles, aquelas cujos organismos ainda estão em condições de reagir. Amparo para os pecuaristas e criadores que, cheios de garantias reais, estão na eminência de tudo perderem à falta de crédito, circulação e consumo para suas riquezas. Se êsse amparo não chegar a tempo, assistiremos o espetáculo doloroso, deprimente e revoltante de ver propriedades e riquezas que tanto custaram aos seus legítimos donos, passarem às mãos dos tubarões, daqueles felizardos do câmbio negro e das negociatas que vivem a tripudiar sôbre o sofrimento do povo, e de que foi tão prolífero o Estado Novo. Mas o govêrno atual há de nos poupar, estamos certos, esta grande desilusão.

**A ditadura estava aniquilando a lavoura.
E' urgente mudar de rumo**

A liberdade absoluta de comércio e produção, a que me referi acima, Sr. Presidente, possivelmente não traria um abaixamento imediato de preços de algumas das utilidades, dada a escassez delas, que o desinterêsse da vida do campo, provocado pelo desastrado dirigismo econômico do Estado Novo, determinou. Mas, a sua justa remuneração determinaria estímulo de produção e, conseqüentemente, a abundância. E esta, sob o efeito da oferta e da procura, teria o seu preço mínimo natural, compatível com a permanência e constância da produção, coibida, está claro, a ação criminosa da especulação. Comprimir êste preço mínimo, como vinha sendo norma da ditadura, mais para fazer jus ao título de *pai dos pobres*, do que por ignorância dos efeitos desta política, será, fatalmente suprimir a produção e agravar a miséria do trabalhador rural. Era a política de fazer barretada com o chapéu alheio, o chapéu esfarrapado do nosso pobre *jeca tatú*. A êste propósito, vou repetir o que já disse em discurso aqui proferido:

“Na política do despovoamento dos campos, — neste particular peço a atenção da nobre bancada comunista — é preciso que se diga, têm colaborado todos quanto preocupados, mais com os efeitos que com as causas, têm patrocinado, indistintamente, tôdas as pretensões de aumento de salários das classes pobres, que

gravitam em tórno dos centros mais povoados, aquelas que exatamente, já se acham, mais ou menos, amparadas pela legislação trabalhista e instituições de outra natureza, provocando assim maior adensamento do proletariado em tórno dêsses centros, em prejuízo da produção agrícola e, portanto, dos próprios fins que têm em vis ta. Ao lado disso, clamam e aplaudem, por todos os meios, a compressão dos gêneros de 1.^a necessidade, esquecendo-se que o abaixamento dêstes é a ruina dos trabalhadores do campo, os maiores desprotegidos, as maiores vítimas do câmbio negro e, realmente, o grosso do povo brasileiro”.

O Sr. Osmar de Aquino — Quero trazer uma contribuição ao brilhante discurso de V. Ex. Tenho recebido de meu Estado, do nordeste — a Paraíba — cartas e telegramas de pecuaristas que me pedem também ventilar o caso perante a Assembléia Constituinte. O fenômeno alí é o seguinte: o Banco do Brasil abriu largos créditos aos criadores de gado, o que resultou num aumento brusco e espetacular dos preços. Agora, os restringiu, de chofre e inopinadamente, o que deu em resultado a baixa também inopinada dos preços; de sorte que a situação dos pecuaristas é a seguinte: ou se soluciona, já e já, essa situação, ou os pequenos proprietários terão de entregar seus bens aos credores. Os grandes, os latifun-

diários, êsses resistirão à crise, mas os pequenos não conseguirão resistir.

O Sr. Carlos Pinto — Ao falar em pecuaristas do Brasil, deve encarar-se o problema por dois lados. V. Ex. refere-se aos pecuaristas do zebú ou aos pecuaristas do boi de córte?

O Sr. Osmar de Aquino — Não faço distinção, porquanto me limito a encarar a situação sob o ponto de vista econômico e social.

O Sr. Carlos Vergal — O nobre orador tem tôda a razão ao cuidar com carinho do assunto. Defendendo a valorização e proteção do trabalhador do campo, terá contribuído, de maneira extraordinária, em favor da Pátria. Na realidade, o trabalhador rural é o homem mais abandonado e esquecido que temos visto, até o dia de hoje, no Brasil.

O SR. JALES MACHADO — Mesmo porque o abandono dêsse trabalhador é no meu entender, a causa maior do encarecimento da vida.

Nos Estados Unidos, durante a guerra, o governo, não querendo o encarecimento do custo da vida, mas querendo acima de tudo o aumento da produção agrícola que lhes era essencial, como sempre o foi também, para nós, não arruinou a lavoura como o fez a ditadura brasileira, deixando-a sem transporte e exposta a tôdas as especulações e explorações pelo câmbio negro, que vicejaram à sombra da Coordenação da Mobili-

zação Econômica, ao contrário — subvencionou os produtos agrícolas e assim, aquela grande nação irmã, tornou-se o celeiro do mundo enquanto nós deixamos, nêsse particular, de bastar-nos a nós mesmos.

O Sr. Carlos Pinto — V. Ex. está incoerente nêsse ponto. Nos Estados Unidos houve, de fato — venho acompanhando os acontecimentos desde 1930 — o estímulo da produção. A maior preocupação do govêrno do Presidente Roosevelt foi estimular a produção; mas, ao par dêsse estímulo, criou preços tetos para todos os produtos consumidos pelos americanos. Foi o que, ainda há pouco, me declarou membro da Comissão Americana com quem almocei.

O SR. JALES MACHADO — E' justamente o que afirmo.

O Sr. Carlos Pinto — V. Ex., entretanto, combate os tabelamentos.

O Sr. Dolor de Andrade — A economia dirigida não pode ser parcial, tem de ser total.

(Trocam-se apartes. O Sr. Presidente reclama atenção.)

O SR. JALES MACHADO — *(Continuando)* Por que não havemos de aproveitar, ainda agora, essa grande lição da República irmã? Se o govêrno quer o barateamento dos nossos produtos agrí-

colas, siga caminho oposto ao que tem trilhado de comprimir os seus preços, unilateralmente enquanto, se torna sócio dos lucros extraordinários das indústrias. Subvencione os produtos agrícolas, elimine a especulação com energia. Imaginem, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que aos 2 bilhões de cruzeiros de aumento de vencimentos do funcionalismo federal, ajuntássemos todos os aumentos de salário que ultimamente tem sido concedidos a todos os demais funcionários estaduais e municipais e a tôdas as classes trabalhadoras e empregássemos essa soma quase astronômica na *subvenção* e no aperfeiçoamento dos nossos meios de transporte e dos meios de produção agrícola.

Qual seria o resultado? Teríamos, estou certo disso, um abaixamento do custo da vida tão grande, que compensaria realmente, com muita largueza, a falta dêsses aumentos. Por outro lado, os nossos campos não seriam os desertos em que estão se transformando, mas seriam, na certa, uma vasta superfície de produção e prosperidade, a promover nosso fortalecimento econômico e financeiro e, então, poderíamos estar contribuindo para matar a fome a essa grande massa sofredora, vítima do maior cataclisma que o mundo já conheceu. (*Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado*).